

3.Lima Barreto: a ciência e a loucura

“Os loucos são de proveniências as mais diversas; originam-se, em geral das camadas mais pobres da nossa gente pobre. São pobres imigrantes italianos, portugueses, espanhóis e outros mais exóticos; são negros roceiros, que levam a sua humildade, teimando em dormir pelos desvãos das janelas sobre uma esteira ensebada e uma manta sórdida; são copeiros, são cocheiros, cozinheiros, operários, trabalhadores braçais e proletários mais finos: tipógrafos, marceneiros, etc.”¹

A louca transformação da cidade do Rio de Janeiro, indicada no capítulo anterior, foi apontada pelo escritor Lima Barreto como uma mudança de cenário, com características de cenografia e na qual episódios e personagens deveriam ser também mudados. Na tentativa de adequar comportamentos nesta cidade cheia de novidades, muitos indivíduos foram encaminhados pelas autoridades públicas ao Hospício Nacional de Alienados. O próprio Afonso Henriques de Lima Barreto se tornaria paciente desta instituição pela primeira vez em 1914 e parecia perceber, através da descrição que realizou da clientela que era encaminhada ao hospício, que o asilo seria o local indicado para recolher os velhos personagens que já não podiam atuar mais na urbe carioca.

Apesar do texto ter sido escrito em inícios do século XX, o perfil daqueles que eram conduzidos ao hospício pouco se transformaria com as grandes reformas sofridas pela cidade em suas primeiras décadas – desde o recolhimento destes supostos alienados ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia até a criação do Hospício Nacional de Alienados que se situava na Urca.

Até metade do século XIX a população da cidade do Rio de Janeiro não possuía um lugar apropriado no qual os doentes mentais pudessem ser tratados, ou seja, não contavam com uma assistência médica que atendesse às suas especificidades. Quando não eram postos nas prisões por vagabundagem ou

¹ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: *Diário do Hospício; o cemitério dos vivos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1993. P.143.

perturbação da ordem pública, os loucos andavam pelas ruas ou eram internados nas celas especiais dos hospitais gerais da Santa Casa de Misericórdia.

O próprio Chefe de Polícia do Distrito Federal é quem denuncia esta situação

*“Urge porém, que melhorem as cousas, e não me descubro (sic) outro meio eficaz senão apelar para a Santa Casa de Misericórdia, que é quem no Rio de Janeiro exerce de fato a assistência pública.”*²

Esse estabelecimento foi durante muito tempo o ponto final no caminho percorrido por estes doentes. Porém, na Santa Casa não recebiam tratamento específico e eram obrigados a conviver com toda a sorte de doentes, o que muitas vezes só fazia com que se agravassem as já péssimas condições em que sobreviviam. Para lá eram encaminhados

*“(…) leprosos, prostitutas, ladrões, loucos, vagabundos, todos aqueles que simbolizavam ameaça à lei e à ordem social”*³.

Era necessária a construção de um espaço asilar no qual os que eram tidos como alienados pudessem ser tratados de acordo com as suas necessidades e esse lugar deveria ser o hospício. Neste sentido, a inauguração do Hospício de Pedro II em 1852, na Praia Vermelha, é uma tentativa de cuidar de forma diferenciada os doentes mentais e com isso seguir os parâmetros ditados pela medicina europeia da época. A reclusão ainda era a forma mais usual de lidar com a loucura, e as irmãs de caridade impunham suas práticas religiosas aos loucos recriando um espaço que mais se assemelhava a um convento.

*“De manhã à noite, os cânticos religiosos confundiam-se com o alarido dos loucos entregues a enfermeiras boçais enquanto as irmãs de caridade cumpriam os preceitos impostos nos estatutos da congregação.”*⁴

² Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1904. Anexo C - página 10.

³ Paulo AMARANTE: *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995. P.24.

⁴ Roberto MACHADO et alii: *Da(n)ação da norma*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978. P. 465.

Mesmo o planejamento arquitetônico do hospício demonstrava a influência do poder religioso, segundo Magali Engel, pois acima do local destinado a armazenar os remédios situava-se a capela. Este aspecto revela que,

“(...) a convivência no cotidiano do mundo do asilo entre o poder médico e o poder religioso caracterizava-se pela subordinação do primeiro ao segundo. Contudo, ela poderia revelar também que ao médico caberia uma missão não apenas científica, mas também cristã (...).”⁵

As formas de controle dos doentes se confundiam com as práticas de punição e a criação do Hospício de Pedro II não assegurou aos alienistas um poder maior nas decisões que diziam respeito ao tratamento dos internos, como desejavam. As críticas eram feitas à administração realizada pelo pessoal religioso e as obrigações religiosas não contribuíam para que as determinações científicas da época presidissem o bom funcionamento do hospício. A direção continuava a cargo das irmãs de caridade, os médicos eram poucos e contavam com o despreparo dos enfermeiros. O novo espaço terapêutico convivía com as velhas práticas de reclusão e tratamento.

O isolamento era a base do tratamento dos alienados e indicava a influência do pensamento pineliano na ação dos médicos daquele período. De acordo com Paulo Amarante,

“(...) Pinel postula o isolamento como fundamental a fim de executar regulamentos de polícia interna e observar a sucessão de sintomas para descrevê-los.”⁶

Os textos de Esquirol foram responsáveis pelo predomínio das idéias de Pinel no saber psiquiátrico brasileiro, que se constituiu a partir do final do século XIX.⁷ O trabalho de Pinel foi o marco da medicalização do hospital de alienados, transformando-o em *“(...) instituição médica (e não mais social e filantrópica), e*

⁵ Magali Gouveia ENGEL: *A loucura na cidade do Rio de Janeiro: idéias e vivências (1830-1930)*. Doutorado, Campinas: UNICAMP, 1995. P.218.

⁶ Paulo AMARANTE: Op. Cit. 1995. P.25.

⁷ Magali Gouveia ENGEL: Op. Cit. 1995. P.220.

para a apropriação da loucura pelo discurso e prática médicos.”⁸ Estes trabalhos forneceram o modelo para a criação do nosso primeiro hospício.⁹

A exigência de um saber específico para o tratamento dos loucos tornava-se um desafio. Se fosse estabelecida tal exigência, dificilmente seria cumprida, pois, embora existisse o esboço de um saber alienista no Brasil desde o final da década de 1830 — e as reivindicações para a construção do hospício revelam tal aspecto — a psiquiatria somente se constituiria como campo médico especializado e autônomo a partir da promulgação do decreto nº 7.247 de abril de 1879, que criou a cadeira de Clínica Psiquiátrica nos *cursos ordinários* das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. De qualquer forma, estes médicos, mesmo possuindo uma formação generalista, acabam por tornar-se médicos alienistas através da prática e da experiência adquirida no cotidiano do tratamento dos doentes mentais.¹⁰

Até finais do século XIX as mudanças no cuidado dos doentes mentais foram insuficientes para reverter o quadro de insatisfação por parte dos médicos, que não conseguiam fazer com que prevalecessem as idéias de medicalização da loucura propostas desde os trabalhos de Pinel. Este cenário começou a transformar-se a partir da criação da cadeira de moléstias mentais nas Faculdades de Medicina, na década de 1880.¹¹ E é possível observar as mudanças também nas teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Segundo Magali Gouveia Engel, houve um notável aumento de trabalhos acadêmicos cujo tema estava relacionado à alienação e as moléstias nervosas. Ainda, de acordo com Engel, no período compreendido entre as décadas de 1880 e 1890, apenas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foram defendidas aproximadamente 33 teses sobre temas relativos à loucura, enquanto no período de 1837 e 1880 apenas 24 trabalhos foram realizados sobre os mesmos temas nas escolas de medicina do Império.¹²

⁸Paulo AMARANTE: Op. Cit. 1995. P. 26.

⁹Vera PORTOCARRERO: *Juliano Moreira e a descontinuidade da Psiquiatria*. Mestrado, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1980. P.12.

¹⁰Magali Gouveia ENGEL: Op. Cit. 1995. P. 219.

¹¹Magali Gouveia ENGEL: *A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto: críticas e complicitades*. Trabalho apresentado no XX Encontro Nacional de História, realizado no Rio de Janeiro em julho de 2001(mimeo).

¹²Magali Gouveia ENGEL: *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. P.135.

As queixas dos médicos que colocavam em dúvida o caráter científico do hospício como lugar terapêutico para a loucura acabam por determinar o aumento das pressões para que a administração deixasse de ser exercida pelas irmãs de caridade. Reivindicava-se um poder laico e profissional que pudesse seguir as terapias desenvolvidas pelos médicos europeus.

Além da separação do Hospício Nacional de Alienados da administração da Santa Casa de Misericórdia outra medida importante implementada foi a criação, ainda no ano de 1890, da Assistência Médico e Legal de Alienados (decreto nº 206 A, de 15/02/1890). Desta vez, as primeiras instruções do serviço de alienados revelariam de modo explícito os verdadeiros propósitos do hospício naquele final de século.

Se por um lado, os estatutos do asilo de Pedro II apenas demonstravam a preocupação com “*as internações dos escravos de senhores sem recursos que não possuíssem mais de um [escravo] e os marinheiros de navios mercantes*”, a primeira reforma do governo republicano determinava que:

*“Todas as pessoas que, por alienação mental adquirida ou congênita, perturbarem a tranqüilidade pública, ofenderem a moral e os bons costumes, e por atos atentarem contra a própria vida ou contra a de outrem deverão ser colocadas em asilos especiais, exclusivamente destinados à reclusão e ao tratamento de alienados.”*¹³

A preocupação em criar a Assistência Médico e Legal de Alienados demonstrava a necessidade republicana de retirar não somente os loucos das ruas da cidade, mas também àqueles considerados indesejados, à medida que facilitava a reclusão de desordeiros, alcoólatras, mendigos ou indesejados nos asilos.

O romancista Lima Barreto deixou um testemunho importante do que representava estar internado num asilo no início do século passado. A sua relação de intimidade com a escrita, o talento e a coragem para registrar detalhes da vida asilar, seus personagens-loucos e seus hábitos, transformam as páginas de sua literatura em rico instrumento de percepção da experiência da loucura e também da relação que a sociedade da época mantinha com aqueles internados como doentes mentais. Este aspecto é trazido à tona através da fala de seu personagem

¹³ Coleção de Leis do Brasil 1890, janeiro/março - Arquivo Nacional.

Vicente Mascarenhas em *O Cemitério dos Vivos*, que assim expressava seu desejo:

“(...) quero contar simplesmente as impressões da minha sociedade com os loucos, as minhas conversas com eles, e o que esse transitório comércio me provocou pensar.”¹⁴

As queixas de Lima Barreto sobre o modo como foi conduzido até o manicômio, a observação do tratamento dispensado aos doentes mentais por médicos e enfermeiros, conferem a seus registros um significado particular por seu caráter confessional, e essas impressões adquirem caráter especial por terem sido realizadas por um escritor já então reconhecido na literatura nacional. Porém, é necessário lembrar a especificidade do registro autobiográfico, pois a escrita memorialística supõe a auto-definição

“quem é seu eu, com todos os riscos e perigos. Em suma: transfigurar sua carne e seu espírito em um espelho textual.”¹⁵

Alguns anos mais tarde, com a experiência de ter sido submetido a duas internações no hospício, o romancista escreveria sobre o método de tratamento da loucura, e referia-se aos médicos de forma crítica e arguta:

“A sua ciência é muito curta, muito prevê; mas seguro morreu de velho e é melhor empregar o processo da Idade Média: a reclusão. (...) o nosso processo de tratamento da loucura ainda é o da Idade Média: o seqüestro.”¹⁶

O que Lima Barreto qualifica de seqüestro dos que eram considerados loucos representava também a tentativa de resolver a questão da indigência, dos miseráveis, daqueles que, sem um trabalho fixo, perambulavam pela cidade. A própria legislação da época contribuiu para ampliar o número de admissões de supostos pacientes que deviam ser internados no hospício e tratados como alienados. Afinal, todo aquele que perturbasse a tranquilidade pública poderia ser

¹⁴ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op.Cit. 1993. P.177.

¹⁵ Ángel G. LOUREIRO apud Margarida de Souza NEVES: Paisagens secretas: memórias da infância. In: Margarida de Souza NEVES, Ana Christina MIGNOT e Yolanda Lima LOBO (orgs): *Cecília Meireles: a Poética da Educação*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio / Edições Loyola, 2001. P.35.

¹⁶ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op.Cit. 1993. P.57.

conduzido ao asilo, como indica o decreto do ano de 1890. Como o Hospício Nacional de Alienados era o único local para o abrigo destes doentes, não eram raras as queixas, tanto dos médicos quanto dos pacientes, em relação à superlotação do hospício.

Lima relata sua experiência de encontrar-se entre aqueles considerados loucos e sua narrativa configura um dos poucos registros dessa natureza. Nela sublinha a imposição da convivência com a loucura durante as suas internações e revela aspectos do próprio hospício, que, através de seu diário pessoal ou na voz de seu personagem *Vicente Mascarenhas*, em *O Cemitério dos Vivos* Afonso Henriques de Lima Barreto legou à posteridade.

“O Hospício é bem construído e seria adequado, se não tivesse quatro vezes o número de doentes para que foi planejado.”¹⁷

Além da superlotação do manicômio, um velho problema persistia: o convívio com os enfermos de moléstias contagiosas como a tuberculose e a lepra. Num passeio pelo hospício, *Mascarenhas* relatou a paisagem dolorosa que presenciou naquele asilo.

“Havia (...) outros pavilhões, além do de observação. Havia o de epiléticos, o de tuberculosos, e neste eu vi um chim, no último grau, deitado numa cama, debaixo de uma árvore frondosa, que me lembrou de novo o Cemitério dos Vivos de Cantão.”¹⁸

Ainda narrando as enfermidades que assolavam alguns doentes, o escritor revelou o seu horror diante da lepra. É interessante observar que Lima Barreto ao descrever o impacto que a lepra causou em seu espírito, faz uma relação entre esta doença e a loucura ao denunciar a repulsa que ambas despertam e o pavor que causavam naqueles que convivem com loucos ou leprosos. Tanto a *morfêia* quanto a loucura deformam física ou espiritualmente os que dela padecem, constituindo-se por isso na imagem da degradação à qual um indivíduo pode estar submetido.

¹⁷ IDEM. Ibidem. P.149.

¹⁸ IDEM. Ibidem. P.154.

“Fomos ver outra pior, a horrorosa morfêia, que junto com a loucura, é para juntar o horror até o mais último grau. Uma deforma, degrada o pensamento; a outra, o corpo, o rosto sobretudo.”¹⁹

Cabe ressaltar que, mesmo com todos os problemas do sistema de tratamento das doenças mentais, os primeiros governos republicanos dispensaram maior atenção às reivindicações dos psiquiatras brasileiros. Isto é observado tanto no tratamento da loucura, como objeto exclusivo do saber psiquiátrico, quanto na tentativa de definir um conjunto de medidas legais que pudessem regulamentá-la no país.²⁰

Os comentários e observações que realizou sobre a vida e o tratamento dos doentes no Hospício Nacional de Alienados, além da convivência com o a loucura do pai João Henriques sugerem a aproximação e o interesse por parte do escritor em relação aos temas relacionados à ciência. Atento ao que ocorria dentro da instituição asilar, Lima observou médicos e enfermeiros e nos dias que passou internado como louco registrou em seu diário dúvidas e perguntas que fazia a si mesmo sobre os preceitos defendidos pela ciência psiquiátrica da época.

3.1. O literato e a ciência

Foi no início da República que o médico Juliano Moreira destacou-se no que diz respeito aos tratamentos dos alienados e contribuiu bastante para novas formulações no campo científico do tratamento da loucura.

Nascido na cidade de Salvador, Juliano Moreira formou-se pela Faculdade de Medicina daquela cidade em 1891 com a defesa da tese intitulada *Sífilis maligna precoce*²¹. Junto a outro médico de importância destacada no cenário das doenças mentais, o doutor Nina Rodrigues, fundou a Sociedade de Medicina Legal da Bahia e também a *Revista Médico Legal da Bahia*, em cinco de maio de 1895. Em sua produção científica Juliano Moreira dedicou especial atenção à

¹⁹ IDEM. Ibidem. P.155.

²⁰ Magali Gouveia ENGEL. Op. cit. 1995. P.270.

²¹ Carlos da Silva LACAZ: *Vultos da Medicina Brasileira*. São Paulo: Helicon, 1966. Volume 1. P.33.

assistência aos alienados, propondo uma nova orientação aos estudos da psiquiatria.²²

Nina Rodrigues também foi um nome de destaque no cenário médico daquele período, responsável por uma inovação metodológica que indicava, principalmente, a valorização da pesquisa empírica. O médico maranhense dedicou atenção aos estudos sobre a questão racial, sublinhando com o argumento de autoridade de seu saber médico argumentos racistas, e pode ser considerado como inaugurador de um novo tempo para as atividades científicas brasileiras, como afirmou Mariza Corrêa²³. Vale ressaltar que tanto o médico-antropólogo Nina Rodrigues, quanto o alienista Juliano Moreira foram intelectuais que estavam comprometidos com algumas discussões de sua época, tais como degeneração e raça. Sob vários pontos de vista, em especial aqueles relacionados com o evolucionismo social e o racismo, suas obras pagaram um alto tributo à época em que foram escritas, este fato porém não impede o reconhecimento de suas contribuições inovadoras ao campo da investigação médica no Brasil. A análise da trajetória destes intelectuais, sem deixar de apontar seus pressupostos, não pode ignorar suas tentativas de encontrar soluções para problemas sociais considerados humilhantes, como aquelas que diziam respeito ao tratamento dos doentes mentais.

Em uma entrevista a um jornal da época, Lima Barreto admitia que a estadia no hospício, em companhia do doutor Juliano Moreira lhe fizera bem à saúde. Quando perguntado sobre o seu internamento no hospício da Praia Vermelha, o romancista afirmava “*Para mim, porém, tem sido útil a estadia nos domínios do Senhor Juliano Moreira.*”²⁴ Essa declaração pode estar relacionada com a postura por vezes inovadora assumida pelo alienista em relação às propostas de cura para a loucura. A atuação de Juliano Moreira na psiquiatria foi aclamada por seus contemporâneos como tendo sido tão valiosa quanto à contribuição de Oswaldo Cruz no campo da saúde pública. Porém, a atitude do romancista em afirmar a *utilidade* do confinamento no hospício, parece tentar esconder a humilhação que implicava ser internado na seção dos indigentes de um asilo de loucos. *A estadia*

²² IDEM. Ibidem. P.33.

²³ Sobre as relações entre Nina Rodrigues e Antropologia, cfr. Mariza CORRÊA: *As ilusões da liberdade*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

do escritor no hospício, em nada se assemelhava a uma temporada tranqüila de repouso, na verdade, com a declaração feita dava a impressão de procurar amenizar o sofrimento de ter ido parar no lugar no qual o espetáculo da miséria humana adquiria a sua face mais cruel.

Uma das medidas tomadas pelo médico com o intuito de modernizar o antigo Hospício de Pedro II foi a eliminação do uso de coletes e camisas de força.²⁵ Ao levar em consideração a história de vida do paciente e relacionar suas dimensões psicológica e física, Juliano Moreira introduz uma preocupação com a especificidade da questão psicológica do doente mental. A sua medicina indicava uma prática psiquiátrica terapêutica e preventiva, na medida em que buscava assistir a todos os indivíduos, doentes mentais propriamente, ou que poderiam tornar-se loucos.

“A psiquiatria oferecerá tratamento não só aos que representam risco de desordem social, mas a todos aqueles que, mesmo ‘conscientes e orientados’, são improdutivos devido a problemas psíquicos.”²⁶

As discussões de caráter científico que dizem respeito à alienação se intensificaram com Juliano Moreira e estimularam o debate sobre os critérios de classificação dos doentes mentais, sobre o tratamento a ser utilizado e também sobre a prática psiquiátrica. O médico chegou até mesmo a apresentar um plano de classificação das doenças mentais ao Estado, provocando a reflexão sobre a necessidade de disciplinar a própria psiquiatria. Juliano Moreira parecia preocupado com a sorte dos doentes mentais: *“(...) temos que tratar daqueles [loucos] e, portanto, procurar melhorar-lhes a sorte”²⁷* A busca de um tratamento melhor e mais eficaz e a intenção de articular de forma proveitosa teoria e prática não passaram despercebidas ao olhar crítico do escritor Lima Barreto. Comparado a outros médicos do hospício, o doutor Juliano Moreira pareceu ao escritor ser mais atento às particularidades de cada caso e também aos motivos singulares que levavam os indivíduos a serem conduzidos ao hospício.

²⁴ Entrevista concedida por Lima Barreto para *A Folha* no Rio de Janeiro em 31/01/1920.

²⁵ José Leopoldo Ferreira ANTUNES: *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. P. 105.

²⁶ Vera Maria PORTOCARRERO: Op. Cit. 1980. P.106.

²⁷ Juliano MOREIRA: *Quais os melhores meios de assistência aos alienados?*. IV Congresso Médico Latino-Americano, Rio de Janeiro, 1909. P.01.

Num trecho de seu livro inacabado *O Cemitério dos Vivos*, o romancista, ao relatar o encontro entre seu personagem o *Mascarenhas* e o diretor do Hospício, descreve este último como um médico bastante talentoso, talvez tomando como referência o próprio Juliano Moreira

*“Todos gabavam muito o seu talento, a sua ilustração; mas, não era bem por isso que eu o amava. Nunca lhe tinha lido um trabalho, só mais tarde me foi dado fazer isso, não tinha nenhuma ilustração no assunto do seu caber para julgar; mas, conquanto sentisse logo um homem superior, eu o amava pela sua exalação de doçura.”*²⁸

Ficção e experiência vivida são aspectos que permeiam a literatura barretiana no que se refere à loucura. Em seus escritos, ambas as dimensões estão presentes com grande frequência e há quem admita ser impossível realizar uma distinção precisa entre uma e outra, tanto quando o autor se refere a suas interações, quanto quando descreve as de seus personagens. Isto permite a associação entre criação do autor e sua própria experiência e, neste caso, a identificação do médico que o examinou.

O trabalho do doutor Juliano Moreira foi bastante influenciado pelo médico alemão Kraepelin. A busca de uma relação entre as lesões físicas de um indivíduo e os problemas psicológicos inspirava-se na teoria deste psiquiatra alemão, grande reformador da psiquiatria clássica. Sua teoria propunha a investigação da doença mental considerando os antecedentes da moléstia no indivíduo e na família, aspecto que receberia maior importância e ressaltaria o caráter específico da questão psicológica em relação à etiologia da loucura, o que configurava a tentativa de um maior espectro de possibilidades na compreensão dos distúrbios psíquicos.²⁹ É possível observar que, em alguns dos seus trabalhos, o médico Juliano Moreira questionou a função dos estigmas degenerativos na formação da doença mental. Tal fator, no entanto, não impedia que a medicina que praticava incorporasse práticas de isolamento e também que levasse em consideração tanto os aspectos ligados à degeneração quanto aqueles ligados à hereditariedade.

²⁸ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.157.

²⁹ Vera Maria PORTOCARRERO: Op. Cit. 1980. P.56.

As dúvidas em relação ao tratamento e à percepção da loucura esbarravam nas influências de uma medicina classificatória, ordenadora e com uma forte tendência a destacar a etiologia fisiológica da doença mental.

Lima Barreto, observador dos hábitos e do cotidiano da sociedade de inícios do século passado, também se mostrou atento às discussões sobre a classificação da loucura. Sua literatura, através de um universo temático bem amplo, procurou examinar os acontecimentos e circunstâncias mais marcantes de seu tempo. As experiências que se referem à doença e ao tratamento dispensado pela ciência aos que eram considerados loucos foram assuntos que não deixaram de estar presentes em seus registros. Este é um dos aspectos revelados em seu *Diário do hospício*, no qual o romancista parece não se render à tentação taxonômica, percebe a classificação como uma redução e compreende a loucura como algo vivo e plural: “*uma porção de coisas diferentes*”.

“A loucura se reveste de várias e infinitas formas; é possível que os estudiosos tenham podido reduzi-las em uma classificação, mas ao leigo ela se apresenta como as árvores, arbustos e lianas de uma floresta: é uma porção de coisas diferentes.”³⁰

A ampliação do debate em torno da loucura fazia com que também a classificação proposta pela psiquiatria fosse redimensionada. Se para o leigo em especial que por alguma razão tivesse que se enfrentar com a loucura, a alienação aparecia como uma floresta na qual um cipóal tornasse indistintas as diversas árvores e arbustos e intransponível o caminho que permitisse encontrar saídas, na busca por uma classificação do *louco*, a psiquiatria voltava suas atenções cada vez mais para a cidade e para a sociedade e a hipótese da degenerescência abria espaço para novas abordagens de graves conseqüências para os indivíduos e para a sociedade. Os esforços por construir uma cidade ordenada encontraram respaldo nesta teoria e acabaram permitindo o confronto com os inimigos tão temidos pela medicina e pelo Estado e que eram produzidos no convívio da cidade, como a vagabundagem, o jogo, o vício, a demência e a prostituição.

“A teoria da degenerescência realiza uma transformação radical na concepção de doença mental; ao atribuir sua causa a uma lesão

³⁰ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.148.

orgânica, desloca a racionalidade da loucura de uma psiquiatria social da desordem para o tronco comum da medicina, afastando-se do conceito de doença mental que caracteriza a escola psiquiátrica do século XX".³¹

A teoria da degenerescência formulada por volta dos anos cinquenta do século XIX³², ao definir uma etiologia da loucura, negava a concepção de que a doença mental era sobretudo causada por um desvio da razão. A degeneração transmitida hereditariamente seria responsável pela demência, para a qual, muitas vezes, o indivíduo seria fatalmente conduzido. Esta concepção revertia os fundamentos do alienismo clássico e trazia à discussão temas fundamentalmente voltados para a sociedade.³³ A preocupação passava a ser com a limpeza e a disciplinarização da cidade, pois esta apresentava elementos que seduziam os indivíduos e arrastavam-nos para o desatino, como o álcool, o jogo e a prostituição. O próprio Lima Barreto atentou para este aspecto ao afirmar

"(...) sou levado incoercivelmente para o estudo da sociedade, para os seus mistérios, para os motivos dos seus choques, para a contemplação e análise de todos os sentimentos".³⁴

O convívio na cidade, as transformações ocorridas em sua paisagem nos primeiros anos da República, apontavam para uma nova ordem para a qual os indivíduos precisavam se ajustar.

As leituras das teses médicas e artigos científicos da virada do século sobre a doença mental indicam aspectos que se relacionam com o tema da cidade, e, nela, à lógica excludente que a informava. O projeto de remodelação da cidade do Rio de Janeiro deixava evidente essa preocupação com a profilaxia do meio urbano. Aos cientistas e médicos da época interessava expulsar do convívio urbano os que representavam perigo para a sociedade e é neste sentido que as teorias sobre degenerescência se tornaram um instrumento eficaz de controle social.

"A teoria da degenerescência, ao creditar à hereditariedade a principal parcela de responsabilidade, confere à esfera da cidade uma

³¹ Vera Maria PORTOCARRERO: Op. Cit. 1980. P. 32.

³² Maria Clementina Pereira CUNHA: *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 25.

³³ IDEM. Ibidem. P. 22.

³⁴ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.61.

*grande importância e a torna objeto central de estudo e de intervenção. O alienismo, a medicina social, a engenharia, assim como a polícia e todo um conjunto de instituições, conjugam esforços em direção à edificação de uma cidade higienizada, livre da peste e do perigo, que reproduza em seu interior a imagem vitoriosa da ordem burguesa”.*³⁵

A saúde mental tornava-se um problema relacionado ao estudo dos fatores de desenvolvimento físico e intelectual das raças. A questão racial, experimentada como preconceito, foi uma constante na vida e na obra de Lima Barreto. Mulato, de origem humilde, em seus romances soube registrar com sensibilidade o avesso da ordem que se impunha à cidade do Rio de Janeiro. Com sua atenção voltada também para as discussões sobre ciência, registrou e refletiu sobre as teorias da época e não se furtou a confessar seu medo de ser também vítima das leis rígidas da hereditariedade que, então, tinham foro de verdade científica. Em *O Cemitério dos Vivos* assinala, como fruto de experiência pessoal dolorosamente vivida, algo próximo ao que Machado de Assis ficcionalizaria em *A Casa Verde*

*“Procuraram os antecedentes, para determinar a origem do paciente que está ali, como herdeiro de taras ancestrais; mas não há homem que não as tenha, e se elas determinam a loucura, a humanidade toda seria de loucos.”*³⁶

Lima Barreto revelava neste trecho por um lado sua preocupação com a associação entre a hereditariedade e a loucura e, por outro, uma crítica a este tipo de relação ao afirmar que a humanidade toda seria de loucos, se fossem levadas em consideração as taras ancestrais de cada um. Através do próprio convívio com os alienados, fruto de suas temporadas no hospício, o autor foi capaz de aprofundar a relação com a loucura e com a prática psiquiátrica, o que o levou a formular as suas interpretações particulares sobre a doença e, desta forma, a desafiar o monopólio da análise da alienação reivindicado pelos alienistas da época.

³⁵ Maria Clementina Pereira da CUNHA: Op. Cit. 1986. P.27.

3.2. Degeneração e Raça

No início do século XIX, a literatura especializada introduzia, através de Georges Cuvier, o conceito de raça e inaugurava a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os diversos grupos humanos.³⁷ O comportamento dos indivíduos passava a ser analisado como resultado de determinações biológicas e naturais, o que permitiu o surgimento de teorias como a de Cesare Lombroso. Lombroso defendia a observação da natureza biológica do comportamento do criminoso e a sua relação com a hereditariedade, no campo da doença mental. Este tipo de investigação obteve grande destaque e influenciou bastante os estudos sobre a loucura. A frenologia e a antropometria foram amplamente empregadas nos trabalhos que buscavam estudar as causas da loucura e estas duas escolas se caracterizavam por

*“(...) interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos. (...) Recrudescia, portanto, uma linha de análise que cada vez mais se afastava dos modelos humanistas, estabelecendo rígidas correlações entre conhecimento exterior e interior, entre a superfície do corpo e a profundidade de seu espírito”.*³⁸

Os fatores físicos serviam para definir não só tendências à criminalidade como também as inclinações de um indivíduo para a genialidade ou a loucura. Os estudos sobre craniologia então em plena expansão reforçavam a teoria de que as diversidades humanas observadas num indivíduo eram consequência direta das diferenças na estrutura racial. Tal teoria foi defendida por um famoso anatomista e craniologista do século XIX, de nome Paul Broca, para quem o principal elemento de análise era o crânio, *“(...) a partir do qual se poderia comprovar a inter-relação entre inferioridade física e mental”.*³⁹

As teorias raciais adquiriam, desta forma, uma grande importância no cenário intelectual da época e apontavam para uma questão importante no caso da

³⁶ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.173.

³⁷ Lília Moritz SCHWARZ: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁸ IDEM. Ibidem. P.49.

³⁹ IDEM. Ibidem. P. 54.

sociedade brasileira: a da mestiçagem . A figura do mestiço representava a degeneração e a herança das características mais negativas de cada uma das raças, o que fazia deduzir ser a miscigenação algo a ser evitado. A grande maioria dos artigos científicos sobre esse tema publicados em periódicos como *A Gazeta Médica da Bahia* e *Brazil Medico* buscavam traçar o perfil racial do criminoso através da craniologia e também da frenologia. A miscigenação era, portanto, compreendida na perspectiva individual como fator de degradação hereditária e, para a sociedade, como uma enfermidade histórica.⁴⁰ A preocupação estendia-se também aos imigrantes que aportassem por aqui e, por isso, os alienistas reivindicavam das autoridades públicas medidas mais rigorosas no que diz respeito à entrada destes homens e mulheres na cidade, com o objetivo de impedir que degenerados ou desequilibrados, uma vez instalados na cidade, trouxessem para os trabalhadores o contágio da loucura.

No século XX, outro aspecto importante foi incorporado aos estudos médicos sobre a questão racial e sua relação com a demência: a eugenia. Como afirma Maria Clementina Pereira Cunha

“No século XX são a teoria e as práticas da eugenia – equivalente moderno da “degenerescência” – que ocupam o lugar central na orientação assumida pela medicina mental.”⁴¹

O impacto deste pensamento numa sociedade como a do Rio de Janeiro em fins do século XIX e inícios do século passado não é difícil de inferir. Com o propósito de tornar-se uma cidade civilizada conforme os padrões da época e na qual o progresso tornava-se palavra de ordem, a cidade, que contava com um número significativo de negros e mestiços, representava segundo as autoridades da Capital da República, um grande problema. A ciência da época indicava alguns grupos humanos como raças superiores e que estariam propensos naturalmente à civilização, devido a sua formação livre de um processo de miscigenação. O peso destas considerações científicas, o autor de *Diário do*

⁴⁰ Ivana Stolze LIMA: *O Brasil Mestiço: discurso e prática sobre relações raciais na passagem do século XIX para o século XX*. Doutorado, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1994. P.32.

⁴¹ Maria Clementina Pereira CUNHA: Op. Cit. 1986. P. 166.

hospício suportaria na própria pele e muitas vezes, deixaria transparecer na literatura que produziu.

O próprio Lima Barreto foi narrador e crítico de situações em que as premissas científicas produziram, não raro, discussões e controvérsias. O que suscitava seu discurso combatente e ativista, como aponta Nicolau Sevcenko, era o caráter discriminatório da ciência na passagem do século. As teorias de inferioridade e superioridade racial permitiam a segregação e tornavam ainda mais difícil a vida dos negros e mestiços, em geral situados nas camadas mais pobres da população. O romancista discordava das medidas de modernização e das tentativas de incorporação de uma lógica tida como moderna que traria progresso e civilização à Capital da República. Também não compreendia a atitude das elites locais ao insistir em apresentar-se como uma “*nação branca e civilizada*”. De acordo com Sevcenko,

“Abominava por isso a preocupação obsessiva das elites locais em transmitir a imagem de uma nação branca e ‘civilizada’ para os representantes, visitantes e mesmo para o público europeu (...).”⁴²

A abordagem da ciência, quase no plano da crença religiosa, e mesmo as reformas realizadas na cidade não conquistavam a simpatia do escritor. A sua posição contrastava, como vimos anteriormente, com a dos intelectuais do período, que tinham, em sua maioria, uma fé cega na ciência, em seus postulados e em suas descobertas. Ao tratar da questão da loucura, Lima Barreto procurou escapar das classificações que tinham por objeto o louco e sua doença, e esta percepção provinha das suas interações como paciente do velho hospício da Praia Vermelha. Em seu entendimento era impossível uma generalização sobre qualquer aspecto da loucura, “*(...) as classificações, como todas as classificações, são precárias*”, afirmou em *O Cemitério dos Vivos*. Sua literatura denunciava também a atitude autoritária e arrogante dos profissionais da saúde, como é possível observar no trecho a seguir

“Os guardas em geral, principalmente os do pavilhão e da seção dos pobres, têm os loucos na conta de sujeitos sem nenhum direito a um

⁴² Nicolau SEVCENKO: Op. Cit. 1995. P. 175.

tratamento respeitoso, seres inferiores, com os quais eles podem tratar e fazer o que quiserem.”⁴³

A obra limana não poupava críticas à sociedade republicana da época e seu discurso era indicador dos vícios e desejos desta cidade que aspirava ser uma Paris tropical. Porém, mesmo com toda crítica presente em seus trabalhos, também ele foi atingido pelo discurso moralizador da ciência. Tanto no que diz respeito à relação entre questão racial e hereditariedade, quanto no que se refere à relação entre alcoolismo e sua também provável hereditariedade. Atormentava-lhe a idéia de ter herdado a loucura de seu pai, como deixa transparecer através de seu personagem Mascarenhas. Segundo ele, o pai

*“(...) ainda tinha em muita evidência traços da raça negra; e o (...) doutor belga, como todos os antropólogos nacionais, põe os defeitos e qualidades da raça nos traços e sinais que ficam à vista de todos”.*⁴⁴

João Henriques de Lima Barreto era exímio tipógrafo e trabalhou na Imprensa Nacional, ao final do século XIX. Após a queda da Monarquia foi nomeado almoxarife e posteriormente administrador das Colônias de Alienados da Ilha do Governador. Nesta mesma instituição seria internado, em agosto de 1902, como doente mental. A internação do pai causou grande impacto na vida do escritor e foi responsável pelo abandono de seus estudos na Escola Politécnica, conforme assinala Francisco de Assis Barbosa, biógrafo do cronista. Foi neste período que sentiu pela primeira vez a vontade de entregar-se ao álcool. A volta para casa, após a jornada de trabalho como amanuense na Secretaria de Guerra era um tormento. E sobre o ambiente familiar Lima deixou impresso em janeiro de 1904, no seu *Diário Íntimo*, o quanto a angústia o assolava: *“Minha casa ainda é aquela dolorosa geena para a minha alma. É um mosaico tétrico de dor e de tolice.”*

A responsabilidade pelo sustento de seus irmãos e da casa em que moravam, a impossibilidade de concretizar o sonho de dedicar-se aos estudos, a frustração de seus sonhos de reconhecimento literário, tudo isso trazia à tona um sentimento de infelicidade que o vício da bebida parecia amenizar. Em *Recordações do*

⁴³ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.49.

Escrivão Isaiás Caminha, essas emoções são ficcionalizadas e transpostas para o personagem central do romance

*“O álcool não entrava nos meus hábitos(...). Naquela ocasião, porém, deu-me uma vontade de beber, de me embriagar, estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos tendidos pelos constantes abalos daqueles últimos dias.”*⁴⁵

Os abalos na vida do escritor foram muitos: a falta de dinheiro, a ausência do prestígio que esperava ter com o ofício das letras, o preconceito, as crises delirantes do pai e no percurso do autor o álcool parecia surgir como alívio para o sofrimento, o *narcótico* que talvez pudesse *descansar os nervos*.

3.3. Loucura ou vício?

“Houve quem perguntasse: bebemos porque já somos loucos ou ficamos loucos porque bebemos?”

(Lima Barreto, Diário do Hospício)

A bebida não só amenizava os problemas enfrentados por Lima Barreto, como também os de muitos indivíduos que viviam na Capital da República no início do século passado. Para o encarregado de Seção do Gabinete de Identificação da cidade do Rio de Janeiro, Hermeto Lima, a questão do alcoolismo era assunto grave e devia merecer maior atenção por parte das autoridades públicas. Em publicação para a biblioteca do Boletim Policial, o bacharel em Ciências Jurídicas denunciava

*“(...) o Rio de Janeiro (...) contribui, especialmente, com o álcool como fator do crime e como elemento para encher as prisões das delegacias e os asilos de loucos”.*⁴⁶

⁴⁴ IDEM. Ibidem. P.100.

⁴⁵ APUD Francisco de Assis BARBOSA: *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. P.112.

⁴⁶ Hermeto LIMA: *O alcoolismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914. P.II.

Nas estatísticas do período, o alcoolismo aparecia como uma das causas de maior frequência para o internamento no hospício. A estimativa, no ano de 1912, era de que em cada 1.500 internações realizadas, cerca de 1.100 eram de indivíduos alcoólatras. Hermeto Lima chama a atenção, neste mesmo artigo para o fato de que, *“o Hospício de ano para ano é ampliado com outros pavilhões porque já não há mais lugar para tanto louco”*. A bebida era o vício, o grande mal produzido pela cidade e que expunha os que nela viviam a uma perigosa ameaça, a ameaça do álcool.

O médico Belisário Penna, que no ano de 1912 integrou uma viagem ao interior do país organizada pelo Instituto Oswaldo Cruz com propósitos saneadores, apontava o país como um país de doentes e analfabetos e no qual o vício da bebida indicava a ignorância de uma população moribunda. De acordo com Penna

“(...) a bestialização permaneceu, agravada dia a dia pela miséria, pela doença generalizada e pelo alcoolismo incontrolável do povo ignorante.”⁴⁷

O alcoolismo recebia cada vez mais atenção por parte dos médicos o que pode ser verificado nos trabalhos apresentados à Academia Nacional de Medicina, trabalhos estes que relacionavam o vício da bebida como responsável muitas vezes pelo estado de loucura de alguns indivíduos. A preocupação com o consumo de bebidas alcoólicas por parte da população também se relacionava com problemas no mundo do trabalho. Para o bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Hermeto Lima, este fator era um dos motivos pelos quais o país não conseguia alcançar o tão desejado padrão de progresso e civilização perseguido pela sociedade da época. Segundo o autor,

“O Brasil não tem agricultura, não tem indústria, porque não tem braços, é voz corrente por aí, e todavia o álcool vai cada vez mais diminuindo esses poucos que nos são tão necessários.”⁴⁸

⁴⁷ APUD Nísia Trindade LIMA e Gilberto HOCHMAN: *Condenado pela Raça, absolvido pela Medicina: o Brasil Descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República*. In: Marcos Chor MAIO e Ricardo SANTOS (orgs): *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996. P.31

⁴⁸ Hermeto LIMA: *Op. Cit.* 1914. P. II

Como é possível observar, o vício da bebida estava relacionado não só aos problemas da demência, mas também ao trabalho e ao progresso.

Para a ciência de então, o álcool produziria efeitos como a perda da razão, causando degeneração nas células nervosas do cérebro, como advogavam os médicos. Portanto, o indivíduo alcoólatra começava a percorrer inexoravelmente um caminho em direção à alienação e este caminho Lima Barreto soube muito bem identificar em seus escritos. Com sua *pena afiada*, como diria Francisco de Assis Barbosa, o romancista deixou registrado, tanto nos seus textos de memórias, quanto na sua produção literária ficcional, o vício pela bebida que o acompanhou até o final da vida. No momento da internação no Hospício Nacional de Alienados, Lima pôde perceber o estrago que o vício do *Paraty* produziria na sua saúde e em sua vida íntima. O desgosto por não conseguir ter o reconhecimento a que julgava ter direito por sua literatura somado às dívidas que cresciam cada vez mais, aumentava o desejo de se embriagar.

“No começo, havia dinheiro na bolsa de todos e o parati entrava como mera extravagância. (...) mas bem depressa, com a fuga inexplicável do dinheiro das nossas algibeiras, a cachaça ficou sendo o nosso forte; e eu bebia desbragadamente, a ponto de estar completamente bêbado às nove ou dez horas da noite.”⁴⁹

Os porres de S. Holmes, um dos muitos pseudônimos de Lima Barreto⁵⁰, foram responsáveis por algumas desventuras pelas quais teve que passar. Confessou umas e outras, mas também deixou bem claro que se envergonhava delas e atribuía sua loucura às alucinações causadas pelo álcool. Por causa delas havia sido internado no antigo Hospício de Pedro II e na ocasião do segundo internamento, declarou ser essa a última vez que pisaria num hospício, pois estava *“seguro que não voltarei a ele pela terceira vez; senão saio dele para o São João Batista, que é próximo.”⁵¹*

⁴⁹ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.36.

⁵⁰ Segundo Francisco de Assis Barbosa Lima Barreto assinou suas crônicas com diversos pseudônimos, como: L.B., J.Caminha, Lucas Berredo, João Crispim, Puck, Flick, J., Jamegão, Jonathan, cfr. nota na página 278. Francisco de Assis BARBOSA: Op. Cit. 1981.

⁵¹ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.23.

O mal que a bebida lhe fazia, o sentimento de angústia que ela lhe produzia, foram transferidos para seu personagem *Vicente Mascarenhas*, de *O Cemitério dos Vivos*. Através dele admite que percebeu

*“bem o mal da “bebida”. Ela não me matava, ela não me estragava de vez, não me arruinava. De quando em quando, provocava-me alucinações, eu incomodava os outros, metiam-me em casas de saúde ou no Hospício, eu renascia, voltava, e assim levava uma vida insegura, desgostosa e desgostando dos outros, sem poder realizar plenamente o meu destino, que as coisas obscuras queriam dizer não ser o de um simples bêbado.”*⁵²

No plano da medicina as preocupações com o alcoolismo não passariam despercebidas. Além da alusão de Belisário Penna e Arthur Neiva à *bestialização* do povo em função do vício da bebida, o mesmo Juliano Moreira atento as mazelas produzidas pelo tratamento impróprio dado à loucura também produziu artigo sobre a embriaguez, intitulado *Reformatórios para alcoolistas*. Nele, o médico defendia um tratamento diferenciado para os alcoólatras e realizou campanha contra as bebidas alcoólicas. Uma dessas campanhas promovidas pelas autoridades públicas, Lima satirizou em sua crônica *Efeitos da Lei Valetudinária* publicada na revista *Careta*, em 15 de novembro do ano de 1919, meses antes de ser internado no asilo da Praia Vermelha. Anos mais tarde, após a sua morte, esta crônica, juntamente com outros artigos do escritor, foi editada em livro intitulado *Vida Urbana*. Nele encontra-se o relato irônico do caso de um negociante que foi multado por vender um refresco. O fato se passou em um dos bares da cidade do Rio de Janeiro e diz respeito à proibição da venda de bebidas alcoólicas e a repressão empreendida pela polícia.

Mesmo com o reconhecimento médico de que o grupo dos alcoólatras não podia ser identificado com o grupo dos doentes mentais, estes dois grupos estão relacionados na medida em que, para a medicina da época, o alcoolismo crônico produz no indivíduo alucinações e delírios que podem conduzi-lo à loucura. A inclusão nos asilos de alienados destes grupos com comportamentos tidos como perigosos, como é o caso dos próprios alcoólatras, dos epiléticos e dos sífilíticos indica uma ampliação das categorias clínicas de identificação e tratamento da

doença mental e justifica medicamente a introdução desses novos grupos nosológicos no campo do saber psiquiátrico. A psiquiatria se configurava, portanto, como um discurso sobre qualquer desvio do que era considerado a normalidade, seja ele representado pela criminalidade, pelo vício, pela degeneração ou pela doença.

Alcoólatras, epiléticos e sífilíticos eram vistos pela medicina como risco para a ordem social, “*na medida em que durante as crises são improdutivos, atentam contra a disciplina e concorrem para a transmissão de seu mal a seus descendentes*”, conforme observa Vera Maria Portocarrero.⁵³

Novamente a hereditariedade vinha à tona. O indivíduo que possuísse o vício do álcool era, para a ciência, responsável, não raramente, por uma descendência com grandes possibilidades de degeneração. Em seu artigo sobre o assunto, Hermeto Lima discorre sobre as conseqüências da bebida nos descendentes do alcoólatra e cita o doutor Morel, para quem os danos seguem até a quarta geração do indivíduo. Na primeira, os indivíduos se apresentariam propensos à imoralidade, à depravação e ao próprio alcoolismo; na segunda estariam propensos à paralisia geral, aos excessos maníacos e à embriaguez, na terceira geração à hipocondria e ao crime e por último, a imbecilidade ou ao idiotismo.⁵⁴

Estas premissas científicas, de grande aceitação na época, fizeram com que Lima Barreto, em seus escritos perguntasse se o contágio da loucura era algo possível de acontecer, possuindo como causa a própria convivência dentro do manicômio, ou se a bebida é que era a responsável pela demência, ou, ainda, se não seria mesmo a loucura o próprio motivo do vício, além de já sofrer com essas afirmações da ciência que apontavam a loucura como doença relacionada à hereditariedade, à *teoria da herança* proclamada pelos médicos da época. Tais impressões aparecem mais uma vez na voz do personagem central de *O Cemitério dos Vivos*,

“(...) nesse caso do alcoólico: no ato da geração, dado que fosse a verdade essa sinistra teoria da herança de defeitos e vícios, o pai já seria deveras

⁵² IDEM. Ibidem. P.176.

⁵³ Vera Maria PORTOCARRERO: Op. Cit. 1980. P.35.

⁵⁴ APUD Hermeto LIMA: Op.Cit. 1914. P. 68.

um alcoólico que tivesse as suas células fecundantes suficientemente modificadas, igualmente, para transmitir a sua desgraça ao filho virtual?”⁵⁵

É importante destacar como o romancista alterna momentos de crítica lúcida em relação ao tratamento dispensado aos que eram considerados loucos com momentos em que incorpora a lógica da medicina de seu tempo. Essa tensão que marca alguns textos do escritor pode enriquecer o seu testemunho sobre a percepção das relações estabelecidas entre a ciência e sua experiência com a loucura.

A preocupação com o alcoolismo esteve também presente nas teses médicas da Academia Nacional de Medicina e a relação estabelecida entre álcool e loucura era nelas uma constante. Alguns trabalhos, como o de Jonathas Pedrosa, procuravam realizar uma classificação dos tipos de alcoólatras e a sua ligação com as diversas formas de manifestação da loucura. Sua tese, *Do alcoolismo como causa da degeneração*, apresentada à Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro, possui um capítulo dedicado somente ao problema da hereditariedade. Baseada nos trabalhos de médicos eminentes na época como o doutor Morel, a tese argumentava que o “*estado mental do alcoólico hereditário apresenta numerosas manifestações nervosas de que é capaz o cérebro humano*”⁵⁶

Um dos trabalhos apresentados à Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro foi defendido pelo médico Henrique de Brito Belford Roxo. O doutor Roxo, como ficou conhecido, foi um dos médicos que examinou Lima Barreto, quando da sua entrada no manicômio.

Se a convivência por uns dias na companhia do médico Juliano Moreira era admitida por Barreto como benéfica à sua saúde, quando se tratava do doutor Henrique Roxo, ele não manifestava a mesma opinião. Achava-o *muito livresco* e com um desejo de aplicar as técnicas aprendidas na Europa, sem levar em consideração as singularidades de cada doente ou ainda os motivos pelos quais o

⁵⁵ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.101.

⁵⁶ Cfr. Jonathas PEDROSA: *Do alcoolismo como causa da degeneração*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e de Farmácia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Besnard Frères, 1900. P.43.

indivíduo havia sido conduzido à loucura⁵⁷. Em sua tese, *Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados*, apresentada em 1900 com o propósito de garantir-lhe o título de doutor, Henrique Roxo fazia uma associação direta entre loucura e raça, além de relacionar os atos psíquicos de alcoólatras e tentar provar desta forma, que tanto negros quanto dependentes do álcool estariam mais propensos à alienação.

O estudo foi realizado em 200 doentes mentais, o que assegurava, segundo o médico, o caráter científico do trabalho. A experiência consistia em examinar a duração dos atos psíquicos dos alienados e observar o intervalo entre estímulo e reação nos indivíduos. Quanto maior a demora, maior a relação com a doença mental diagnosticada nos que haviam sido considerados como loucos. Roxo identificou uma maior demora nos indivíduos que sofriam de embriaguez e também naqueles de raça negra. Nos casos de alcoolismo como foi verificado pelo médico, “*Em todas as nossas experiências reconhecemos ser neste a reação tardia e demorada*”⁵⁸ Nos negros o resultado do estudo acabava por confirmar os preceitos científicos da época, ligados ao preconceito racial e à degeneração.

Henrique Roxo era uma figura importante no cenário da psiquiatria nacional do início do século passado e, além desta tese, publicou também outros trabalhos importantes, como *Perturbações mentais nos negros do Brasil*⁵⁹. Trata-se de uma comunicação apresentada no 2º Congresso Médico e Latino Americano realizado em Buenos Aires em 1904 e indica a preocupação do alienista com as possíveis relações que podiam ser estabelecidas entre loucura e raça. Este renomado psiquiatra era o médico que dirigia o Pavilhão de Observação do Hospício Nacional, como regente da cadeira de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no período em que Lima Barreto foi internado pela segunda vez.⁶⁰

⁵⁷ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op.Cit. P.25.

⁵⁸ Cfr. Henrique de Brito Belford ROXO: *Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 20 de agosto de 1900. P.82

⁵⁹ Henrique de B. B. ROXO: *Perturbações mentais nos negros do Brasil*. In: *Brazil Médico*, 15-19:17. Pp.156-192.

⁶⁰ Cfr. trabalho apresentado por Magali Gouveia ENGEL, intitulado *A loucura e a psiquiatria em Lima Barreto: críticas e cumplicidades* no XX Encontro Nacional de História, ANPUH. Niterói: UFF, 2001(mimeo).

A criação do Pavilhão de Observação em prédio anexo ao Hospício Nacional de Alienados foi feita pelo decreto de nº896, Artigo 26, em 29/06/1892. O Pavilhão tinha como finalidade identificar e caracterizar melhor as doenças mentais e ficaria sob a direção do lente da Clínica Psiquiátrica e de Moléstias Nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Esta ala do manicômio inspirava verdadeiro temor no escritor Lima Barreto. A experiência de ter passado por este pavilhão é revelada logo nas primeiras páginas de seu *Diário do hospício*, no qual o seu testemunho demonstra o sentimento que o assolou ao ter caído ali, naquele lugar, “*Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui pelas mãos da polícia.*”⁶¹

O doutor Roxo apresentava, de acordo com o escritor, uma postura bastante condenável principalmente na sua condição de médico. Com isso, Lima denunciava a difícil relação entre psiquiatra e alienado e também a arbitrariedade que marcava o relacionamento entre médico-alienista e paciente.

Com um estudo sobre a alienação nos negros do Brasil, uma tese em que proclamava que “*a raça negra representa um tipo inferior, repousa em um grau rudimentar de evolução psíquica*”⁶² e trabalhos nos quais defendia também a proibição da *procriação dos degenerados*⁶³, era compreensível que o médico não despertasse muita simpatia no cronista Lima Barreto. O seu relato sobre Henrique Roxo estava marcado pela insatisfação com o atendimento dado pelo psiquiatra e também com o poder absoluto, que muitas vezes a ciência, na figura dos médicos, adquiria. Sobre o doutor Roxo o autor de *Clara dos Anjos* afirmaria,

“*É bem curioso esse Roxo. Ele me parece inteligente, estudioso, honesto; mas não sei por que não simpatizo com ele. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda a outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato em si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir(...). Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez; mas não lê a natureza.*”⁶⁴

⁶¹ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.23.

⁶² Cfr. Henrique de Brito Belford ROXO: Op. Cit. 1900. P.89.

⁶³ Cfr. Magali Gouveia ENGEL: Op. Cit. 2001. P. 168.

⁶⁴ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.25.

Diante das condições que o levaram ao hospício, pelas mãos da polícia, Lima parece ter experimentado pela primeira vez o medo, e percebido a *desgraça* que o atingira e o *desgraçado* que se tornara.

As críticas feitas por Lima Barreto diziam respeito à constante busca empreendida pelos homens da ciência na tentativa de equiparar o avanço alcançado nos campos da indústria ao campo da atividade intelectual, em especial à medicina e principalmente no terreno das práticas de tratamento psiquiátricas. O próprio cronista fez a observação no romance inacabado *O Cemitério dos vivos* sobre a intenção destes homens da ciência em estender essas conquistas obtidas nas atividades industriais ao “*vago e nebuloso céu da loucura humana*”.

*“As maravilhas que a ciência tem conseguido realizar, por intermédio das artes técnicas, no campo da mecânica e da indústria, têm dado aos homens uma crença de que é possível realizá-las iguais nos outros departamentos da atividade intelectual; daí o orgulho médico (...)”*⁶⁵

As reformas idealizadas no campo médico, no entanto, não tiveram tanta amplitude como almejava a comunidade médica. É possível observar as tensões não só no âmbito discursivo, mas também no próprio encaminhamento das reformas propostas pela categoria, o que parece indicar que a medicalização não se constituiu como um processo único e hegemonicamente bem sucedido. O poder avassalador que algumas análises atribuem à medicina não permite a percepção de um campo profissional marcado por divergências e disputas. De acordo com José Leopoldo Ferreira Antunes

*“Seja por falta de unidade na reivindicação, seja pela falta de poder da própria categoria médica, os profissionais da arte de curar não conseguiram implantar a maioria das medidas preconizadas no âmbito da moral.”*⁶⁶

O que sugere que nem sempre as práticas no tratamento daqueles que eram considerados alienados pela medicina da época correspondiam as inovações

⁶⁵ Afonso Henriques de LIMA BARRETO: Op. Cit. 1993. P.174.

⁶⁶ José Leopoldo Ferreira ANTUNES: Op. Cit. 1999. P.273. Sobre a noção de medicalização e as novas reflexões apresentadas no campo da investigação médica, cfr. Beatriz Teixeira WEBER: *As*

propostas por alienistas como Juliano Moreira, que defendia entre outras medidas o abandono de um sistema asilar fechado, isto é, no qual os doentes eram tratados como prisioneiros. O princípio *open-door* era defendido por Juliano Moreira e consistia em permitir que os doentes transitassem livremente no interior do asilo, para que o doente não se sentisse irritado, o que prejudicaria o tratamento. Porém, muitos doentes não receberiam os cuidados terapêuticos e não teriam acesso aos avanços no campo da psiquiatria defendidos por Juliano Moreira. Algumas concepções e práticas da loucura, não só as que eram executadas por médicos, mas também aquelas que reproduziam crenças e padrões sociais aceitos pela sociedade, às vezes caminhavam juntas e acabavam por “*redimensionar a extensão e o significado da vitória dos psiquiatras*”, como afirma Magali Gouveia Engel.⁶⁷

O testemunho de Afonso Henriques de Lima Barreto implica em uma crítica às determinações que cercavam o tratamento dos doentes mentais na virada do século passado, porém tal aspecto não o eximiu de também ele acreditar nos progressos que a ciência poderia trazer no campo da medicina mental. Homem de seu tempo, incorporou e ao mesmo tempo questionou as certezas apresentadas pela ciência da época. Foi um escritor de críticas mordazes e opiniões que diferiam daquelas da maioria dos intelectuais daquele período. É essencial que seu relato seja tomado como o testemunho de um indivíduo que presenciou e vivenciou as experiências de conviver entre os *loucos*, de sofrer ele próprio o estigma de ser internado como louco e soube como poucos deixar registrado seu sofrimento. Sua literatura pode auxiliar na investigação do complexo panorama em que foram construídos os saberes e as práticas psiquiátricas ao longo do processo de constituição da psiquiatria no Brasil.

artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República rio-grandense. Santa Maria(RS): Editora UFSM, 1999.

⁶⁷ Magali Gouveia ENGEL: Op. Cit. 2001 (mimeo).